



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A produção do espaço urbano e regional na Amazônia

Prof. Dr. Eudes Leopoldo
PPGPAM/UNIFESSPA

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima
PPGGEO/UFAM

Prof. Dr. Isaque dos Santos Sousa
Prof. Água/UEA e PPGG/UNIR

Prof.ª Dr.ª Kelly Bessa
PPGG/UFT

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
PPGEO/UFPA

RESUMO GERAL

A Amazônia ganha projeção mundial como nunca antes. Na medida em que é objeto mundial, os pesquisadores que vivem, trabalham e sonham nesse chão são convidados a problematizar e refletir sobre a região e sua sociedade, da qual fazem parte, tendo portanto uma experiência empírica cotidiana sobre a história, a atualidade e os rumos da Amazônia, que é central para efetivamente revelar os desafios e os impasses sob a ótica do urbano-regional. Portanto, é sobre a Amazônia urbana e metropolitana que nos propusemos a pensar. Vale acentuar a relevância do olhar de dentro para fora, sem desconsiderar os que a olham de fora para dentro. Trata-se da expressão de uma vontade coletiva de contribuir e encontrar convergências para o diálogo e fortalecimento das interações e interpretações construídas por pesquisadores, que há tempos se debruçam e discutem estes temas.

Estes diversos olhares sobre a produção do espaço urbano e regional na Amazônia busca contribuir para a constituição da Rede de Pesquisadores sobre Estudos Urbanos e Regionais da Amazônia - REURBAM, que visa avançar com o diálogo entre os pesquisadores das cidades e metrópoles da região, consolidando troca de ideias e debates sobre as semelhanças e diferenças do urbano, do metropolitano e do regional no trópico úmido. O cerne do REURBAM é trazer os pesquisadores da região para o debate, dando visibilidade aos seus trabalhos, reunindo-os numa coletividade de diferentes visões de mundo e variadas discussões que permitam avançarmos, de um lado, na direção do desenvolvimento regional e da diminuição das desigualdades, do ponto de vista

do curto e médio prazo, e, do outro, da construção de projetos e utopias, no longo prazo.

As discussões aqui expostas buscam considerar a complexidade das dinâmicas espaciais na Amazônia, o que significa também discutir modos de vida da região, onde pares dialéticos, aparentemente bem definidos em outros lugares, ganham certa indefinição nas paragens do lado de cá, e mesmo uma dificuldade intelectual em separá-los, pois eles se misturam, se hibridizam, inclusive por uma necessidade de coexistências, de convivências. Referimo-nos, por exemplo, a pares como urbano e rural, novo e antigo, rápido e lento, dentre outros, que se manifestam na reprodução socioespacial amazônica com outras nuances.

O exercício de pensar a produção do espaço urbano e regional na Amazônia é um desafio instigante, requer atenção às dinâmicas e fluxos de pessoas e mercadorias que ocorrem nos transportes aéreos, terrestres e, sobretudo, *fluviais*, cujas embarcações de diversos tipos traduzem-se em distâncias diferenciadas, para além do espaço percorrido. Dias ou semanas são intervalos possíveis de tempo nas mobilidades operantes na rede hidrográfica amazônica. Assim, o rápido e o lento convivem na mensuração do tempo, seguindo ou não, diretamente, a lógica do capital. Os processos espaciais e os modos de vida nas vilas, cidades e metrópoles coexistem no meio urbano, no meio rural e no meio natural, constituindo-se uma profunda relação dialética na produção da natureza, da sociedade e do espaço amazônico.

Diante disso, a sessão livre é constituída em três momentos. No primeiro, desdobram-se questões teórico-metodológicas para pensar o urbano e o regional na Amazônia, trazendo contribuições e problematizações sobre os desafios, possibilidades e limites das perspectivas e abordagens a partir da obra de Bertha Becker. No segundo momento, Manaus, que é a grande centralidade metropolitana da Amazônia Ocidental, com expressivos números, é problematizada como uma metrópole sem região metropolitana, sendo constituída por um processo de metropolização regional diferencial e induzida. No terceiro momento, joga-se luz à produção das cidades na Amazônia Oriental, destacando os estudos de caso de Palmas no Tocantins e de Altamira e Itaituba no Pará.

Se, como ensinava Bertha Becker, "a fronteira é a outra face do espaço urbanizado; sua integração é a integração ao espaço urbanizado, e se efetua através do urbano", este debate contribui fundamentalmente para continuarmos desvendando esta lógica contraditória e desigual da Amazônia, que se constitui nas múltiplas relações entre o urbano e o regional - incluindo as relações cidade e campo, cidade e floresta e cidade e região - com seus conteúdos específicos e particulares, bem como gerais e universais. Aqui, a produção do espaço urbano e regional na Amazônia é revelada então em sua diversidade, na interface entre o particular e o universal!

A URBANIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: DIÁLOGOS COM BERTHA BECKER

A Amazônia ainda configura-se como uma das grandes fronteiras nacionais e internacionais do século XXI, cujo processo de urbanização diferencial constitui-se como uma de suas principais marcas. Não se trata de perceber que sua urbanização é diferencial devido a manifestação de diferentes entrelaçamentos com o mundo agrário e com modos de vida vinculados ao rio e à floresta, mas que esse estreitamento entre o social e o natural mobiliza uma

série de dialéticas entre os espaços vividos, percebidos e concebidos da Amazônia, que tem sua própria originalidade e historicidade. De nenhum modo, desconecta-se a realidade amazônica da formação nacional brasileira e de suas profundas desigualdades, muito menos das relações em nível global, que a reitera como espaço de recursos naturais para exportação, embora não se reduza a isso. Tal compreensão é tributária das contribuições de Bertha Becker, que durante décadas, especialmente desde os anos 1980, contribuiu decisivamente para a interpretação da Amazônia, inaugurando inclusive regionalizações e metodologias para estudos e pesquisas sobre essa complexa região. É importante notar que Bertha Becker saiu do gabinete, fez extensos trabalhos de campo e atuou também no campo da construção de políticas públicas, desbravando as interações entre o teórico e o empírico. Trata-se de uma geógrafa da prática, que atuou fortemente para que suas construções teórico-metodológicas operassem efetivamente para o desenvolvimento regional da Amazônia. Em termos metodológicos, utiliza-se como base os três volumes do livro "As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade", uma coletânea de livros e textos da lavra de Bertha Becker e de alguns colegas, organizado por Ima Célia Guimarães Vieira, com enfoque nos livros autorais em dois períodos, os do fim do século XX e os do início do século XXI. As questões que buscamos responder são: o que é a Amazônia e qual é o lugar da urbanização nas metamorfoses dessa região para Bertha Becker? O que fundamenta a ideia de uma floresta urbanizada e como as regionalizações e metodologias propostas revelam a centralidade da urbanização nos processos que operam decisivamente na Amazônia? O objetivo, portanto, é compreender a urbanização da Amazônia a partir das contribuições de Bertha Becker.

AMAZÔNIA OCIDENTAL E REGIÃO METROPOLITANA: DA PRODUÇÃO DA URBANIZAÇÃO DISPERSA E CONCENTRADA À METRÓPOLE SUPERLATIVA

A formação de espaços delimitados como regiões metropolitanas, como o que ocorreu com a instituição da Região Metropolitana de Manaus, na Amazônia Ocidental, acaba por trazer à tona problemas de ordem metodológica quanto à classificação de região metropolitana e da aplicabilidade do conceito frente à realidade do espaço produzido na atualidade. Não se trata neste caso de uma tentativa de engessar o conceito ou meramente criticá-lo em face de um processo de institucionalização de região metropolitana não mais correspondente àquele da década de 1970, mas procurar entender como ele pode ser concebido atualmente, a partir de realidades diferentes daquela das demais regiões brasileiras, inclusive o próprio norte, como o caso da metrópole Belém, na Amazônia Oriental. Parece certo, neste caso, que ao se analisar a urbanização dispersa e ao mesmo tempo concentrada, a produção de uma metrópole superlativa, bem como a institucionalização de uma região metropolitana como a de Manaus, é imperioso que se busque o significado conceitual, bem como da realidade do espaço produzido na Amazônia Ocidental e sua extensão a partir do real que se produziu historicamente ali. Da mesma forma não se pode olvidar que os conceitos de metrópole e de metropolização do espaço também devem fazer parte desse corpo analítico, pois a capital amazonense se expande para a margem direita do rio Negro a partir da institucionalização da RMM e da construção da ponte (Jornalista Phelippe Daou) sobre o Rio Negro, o que contribui para a indução a um processo de

metropolização. Neste caso, quando se aponta um processo de indução, se está afirmando uma forma pensada e articulada de agentes modeladores do espaço, cujas ações estruturais (políticas, jurídicas, econômicas e ideológicas), por meio da produção de discursos, levam à novas realidades socioespaciais, cuja expressão é o do processo de metropolização do espaço, numa lógica em que primeiramente se estabelecem os marcos jurídicos, por meio de Leis Complementares, para depois, dentro desses marcos, já considerados territórios metropolitanos, se estabelecerem as estratégias de planejamento que levam à essa indução. Nesse sentido, o conceito de Região Metropolitana ganha nova dimensão interpretativa, visto que não se parte mais somente de um dado construído, concreto nas formas espaciais, mas de uma abstração “*do que poderá vir a ser*”, cuja legitimidade se parte dos limites municipais, que na Amazônia Ocidental são extensos.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO EM MANAUS: O ESTADO, AS AÇÕES E A CONFIGURAÇÃO DA METRÓPOLE REGIONAL

A instalação da Zona Franca de Manaus/ZFM, na década de 1960, foi o evento que viabilizou um processo de crescimento urbano acelerado em Manaus, elevando-a em poucas décadas à condição de cidade primaz na Amazônia brasileira, em um período que se pode vislumbrar a cidade ganhando feições de metrópole, por todas as mudanças impelidas pelo novo contexto oriundo do modelo de desenvolvimento. Articulando-se em uma rede de escala internacional, Manaus exercia a função de atração de fluxos diversos, mesmo antes disso, isto é, desde o período da economia gomífera, que teve seu auge entre os anos de 1890 e 1913. No entanto, foi com o crescimento demográfico, acompanhado de uma urbanização que se espalhou pelo território e ampliou a mancha urbana, que Manaus se consolidou como referência na rede urbana regional; portanto, na segunda metade do século XX, e sob a influência de um modelo industrial incentivado, o qual se realizou enquanto projeto de desenvolvimento regional e de integração nacional. Desse modo, a cidade cresceu e a metrópole se erigiu, com diferentes processos espaciais e os problemas no/do urbano se multiplicaram. O planejamento e a gestão do espaço urbano tornaram-se mais desafiadores, bem como a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e instalação de equipamentos de uso coletivo, cada vez mais demandados, a fim de atender as demandas de uma sociedade urbana. Um processo de urbanização acelerado e não articulado às incipientes características do território amazonense, se impuseram como premissa para que o Estado interviesse na implantação de infraestruturas necessárias requeridas pela dinâmica do urbano em Manaus. Assim, é possível observar o protagonismo do Estado no processo de produção do espaço em Manaus, que é notório, em razão da política de desenvolvimento regional concebida e adotada, dos investimentos feitos, os quais propiciam, estimulam e viabilizam a cooperação de diversos outros agentes produtores que, por sua vez, articulados ao capital, buscam firmar-se, atendendo a demandas diversas, inclusive a de consolidar o próprio aparato do Estado no espaço urbano e regional. Além disso, suprir demandas legítimas e instituir políticas públicas e sociais, que se traduzam em melhores condições de vida para as pessoas, resultam ainda na necessidade de construção de infraestruturas, na constante reorganização do uso e ocupação da terra e na produção, de modo amplo e

diverso, do espaço e da vida. Compreender essas dinâmicas é o objetivo deste trabalho.

A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM PALMAS, TO: REFLEXÕES ACERCA DOS ESPAÇOS-TEMPOS DA DOMINAÇÃO POLÍTICA E DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

A cidade de Palmas, projetada em 1989 para sediar as atividades político-administrativas da mais nova unidade federativa brasileira, o estado do Tocantins, constitui-se como realidade e possibilidade. Nessas perspectivas, revelam-se dois momentos, com suas respectivas espacialidades: primeiramente, o momento para a realização da dominação política e, posteriormente, o momento para a realização da acumulação capitalista. Ao longo desses 32 anos de existência, os processos de apropriação, produção e reprodução do espaço urbano de Palmas revelam o momento em que o poder político se realiza por meio da cidade em implantação, e, em seguida, o momento em que o capital se realiza por meio de uma produção e reprodução ampliada nesse espaço urbano, o que evidencia um novo patamar de realização das relações sócio-político-econômicas, no qual prevalece as lógicas da acumulação capitalista. Estas, por sua vez, revelam a centralidade da cidade e dos processos urbanos. Diante dessas complexidades, o presente texto tem o objetivo de compreender, com base em dados e documentos, a apropriação, a produção e a reprodução do espaço urbano de Palmas, com a definição de dois espaços-tempos: o da dominação política e o da acumulação capitalista, que, de modo algum, são excludentes entre si. Esses espaços-tempos são centrais para a compreensão dessa realidade complexa, bem como para as reflexões sobre a sociedade e sua espacialidade em uma cidade da Amazônia Oriental. O movimento do pensamento divide-se em duas partes. A primeira focaliza a apropriação e a produção do espaço urbano de Palmas como essencial para a realização do poder político. A segunda enfoca o movimento da produção à reprodução, cujo resultado é a conformação do espaço urbano para a realização da acumulação capitalista.

CIDADES DA FRONTEIRA AMAZÔNICA: AS PARTICULARIDADES DA REDE URBANA NAS REGIÕES IMEDIATAS DE ALTAMIRA E DE ITAITUBA

A região amazônica é diversa no que tange a existência de redes de cidades, com presença de metrópoles, de cidades médias e pequenas que, sobretudo após a década de 1970, multiplicaram em número, em tamanho e na variedade de suas funções, combinando lógicas diferenciadas de estruturação. Coexistem, pois, formas de organização modernas ao lado de estruturas tradicionais, tornando complexa e, ao mesmo tempo, oportuna a leitura do espaço urbano-regional nesta realidade em particular. Tal condição permite inferir a respeito da impossibilidade de trabalhar com padrões arbitrários para se entender certos aspectos da disposição dos centros urbanos e de suas relações. Propõe-se abordar sobre a porção sudoeste do estado do Pará, em especial a configuração urbano-regional das cidades de Altamira-PA e de Itaituba-PA. O projeto de pesquisa do qual resultou esse trabalho teve como propósito estudar uma área ainda pouco investigada nos estudos urbanos, de modo a entender as particularidades que envolvem a (re)definição das redes urbanas que integram

os centros situadas no eixo entre os rios Tapajós e Xingu, cortados transversalmente pela rodovia Transamazônica (BR-230), que ao longo da história atravessaram condições similares de ocupação. Tal tema, embora tenha constituído avanços nas últimas décadas, ainda carece de análises específicas e dedicadas que definam as características próprias dessa porção do Brasil. Tal como no caso de Altamira, reúno aqui alguns elementos representativos da realidade de Itaituba, destacando o caráter de combinação de diferentes lógicas de ocupação e de integração interurbana. A escolha dessas duas cidades não é arbitrária e abre um debate, ainda que não completamente lapidado, sobre o que denomino “cidades da fronteira amazônica”, como forma de identificar uma realidade em que, do ponto de vista das inter-relações, os elementos estruturantes dos territórios são tão ou mais expressivos que os elementos definidores das localidades centrais. Cabe advertir que a característica de “fronteira” aqui definida não se dá somente pelo fato de tais áreas, ambas situadas no estado do Pará, estabelecerem limites políticos com os estados de Mato Grosso e Amazonas. O caráter de fronteira aqui delineado se dá principalmente pela característica de expansão capitalista recente, considerando a integração nacional a partir da década de 1960, que se materializa em projetos estratégicos geralmente financiados ou incentivados pelo Estado. O problema que dá origem ao desenvolvimento deste trabalho se baseia na seguinte questão central: em que medida as regiões polarizadas pelos centros urbanos de Altamira e de Itaituba se diferenciam de outras realidades urbanas na Amazônia? Como recorte empírico, utilizo as regiões imediatas definidas no recente estudo da Divisão Regional do Brasil e das regiões de influência das cidades – REGIC, combinados a fontes de dados secundárias sobre os processos históricos e dinâmicas recentes que envolvem a região em estudo, como relatórios de programas estatais, de projetos minerais e hidrelétricos.